

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a LegislaturaAta da 154.^a Sessão (Extraordinária)

Realizada em 30 de Agosto de 1973 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Francisco Escorsin e Borsari Neto.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Ivo Rocha e Sebastião Rodrigues Júnior (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Lázaro Dumont, Paulo Camargo, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 168-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 94-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal no Município de Lobato. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para o dia 3 de setembro, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 169-73. Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a LegislaturaAta da 155.^a Sessão Ordinária

Realizada em 30 de Agosto de 1973 — (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Tomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Ivo Rocha e Sebastião Rodrigues Júnior (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Lázaro Dumont, Paulo Camargo, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, solicito à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1.^o Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal 25 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 236-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n.ºs:

113-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 50-73 que objetiva acrescentar dispositivos ao Artigo 3.º da Lei n.º 6.210 de 2-8-71, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.449. — **Agradeça-se.**

107-73: Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 49-73 que isenta do Imposto sobre transmissão de bens imóveis e de Direitos Reais a eles relativos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.448. — **Agradeça-se.**

Sob o n.º 235-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o projeto de lei n.º:

159-72: Do Senhor Ex-Deputado Cândido M. Martins de Oliveira que visa enquadrar no nível 22, do Quadro Próprio do Magistério Estadual os Diretores de Estabelecimentos Oficiais de Ensino Primário que estejam na função há mais de 3 (três) anos e preencham os requisitos de habilitação exigidos por Lei. — **A C.C.J.**

Sob o n.º 220-73, do Senhor Ildefonso Magos Freitas Saldanha, Prefeito Municipal de Piraraito, comunicando que, para prestar homenagem ao Pai da Aviação, foi dado à uma das ruas daquela cidade, o nome de Alberto Santos Dumont. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Silas Pioli, Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul, comunicando que como parte dos festejos da Semana da Pátria, foi inaugurada a Biblioteca Municipal "Barão do Rio Branco", daquela cidade. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 87-73, do Senhor Aparício Bernardo Calderaro, Presidente da Câmara Municipal de Iguaraçu, solicitando a esta Casa, intercessão junto aos órgãos fazendários para a anistia das multas impostas pela Lei Orgânica do I.C.M. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando a retirada definitiva da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 451-68, e o seu consequente arquivamento.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando dispensa da publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 133 e 135-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Bernardina de Souza Schleder, ocorrido no dia 23 do corrente em União da Vitória.

Perde a comunidade uma das mais conhecidas e conceituadas educadoras, Bernardina de Souza Schleder, foi na sua vida pública um exemplo de dedicação na difícil tarefa de mestra durante o decorrer de muitos anos.

Seu falecimento deixa uma lacuna dentro as figuras que União da Vitória aprendeu a respeitar.

Requer outrossim dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após consulta e ciência do Plenário seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda Doutor Maurício Schulman, no sentido de que aquela autoridade estadual estude uma fórmula capaz de anistiar as multas, no valor de Cr\$ 300,00 referente ao atraso do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), da Indústria e Comércio paranaenses.

Justifica-se o fato Senhor Presidente, pois estes dois ramos de atividade empresarial são sustentáculos da economia de nosso Estado, dando ao Paraná grande parcela de progresso não merecendo estas multas, principalmente, o comércio e indústria de pequeno e médio porte, que já lutam com grandes dificuldades para se manterem na ativa.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, no sentido de que aquela autoridade determine providências com o objetivo de ser realizado um total reaparelhamento, principalmente, no tocante a viaturas da Delegacia de Polícia de União da Vitória.

Pertencendo ao Estado a tutela de garantir a ordem pública e proteger a vida comunitária, não se pode aceitar o fato de existir apenas um veículo para o atendimento de uma população de 30 mil habitantes, tornando-se, portanto imperiosa a necessidade de um aparelhamento adequado a fim de assegurar maior proteção e tranquilidade à população, evitando falhas quanto ao serviço e esquema de segurança, sem os quais jamais poderão intervir, eficazmente no combate à criminalidade.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Euro Brandão, formulando apelo desta Assembléia no sentido de que essa Secretaria de Estado promova estudos e diligências visando o imediato asfaltamento da pista do Aeroporto de Santana, na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — David Federmann.

JUSTIFICATIVA:

A região de Ponta Grossa era servida por três grandes companhias de transporte aéreo. Todavia, há algum tempo as mesmas suspenderam os seus vôos normais dada as péssimas condições com que se apresenta a pista do Aeroporto de Santana, não oferecendo as mínimas garantias de segurança operacional.

Hoje, o surto de industrialização que acomete a região torna o problema ainda maior e mais do que nunca se faz necessário o pronunciamento desta Casa, encarecendo providências das autoridades competentes e que permitam tenha o aeroporto o aproveitamento que a região necessita.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja enviado ao Senhor Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado, expediente nos seguintes termos:

Considerando que deva ser preocupação de primordial importância, o combate da "ferrugem" que vem se constituindo em terrível desestimulante à produção cafeeira em nosso Estado.

Considerando que existe por parte de boa parcela dos cafeicultores completo desconhecimento daqueles que podem ser chamados de métodos mais eficientes para o combate da referida praga;

A Assembléia Legislativa do Paraná, sugere seja estudada a possibilidade de se constituir "equipes treinadas" para combater a "ferrugem" nas lavouras paranaenses, mediante o pagamento de determinada taxa cessível por parte dos proprietários interessados, que requisitem tal providência para seus cafeeiros.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, encarecendo-lhe o obsequio de determinar lavratura de PROVIMENTO, para que os Cartórios de Registro Civil da Capital e do interior do Estado, explorem certidões em formulários que permitam extração de cópia xerográfica.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 30 de agosto de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

Há já algum tempo que os Cartórios de Registro Civil vem fornecendo ao público certidões em formulários que, pela natureza de sua impressão — duas listras diagonais nas cores verde e amarelo e fundo estampado — não permitem que sejam tiradas cópias xerográficas, impondo ao usuário o uso de certidão original sempre que necessitar e, conseqüentemente a compulsoriedade de requerer nova via no Cartório respectivo, para o que deverá desembolsar importância bem superior à que normalmente, gastaria com uma cópia xerográfica e sua autenticação, daquele documento. Por outro lado, é fácil notar-se que também o usuário ficará na dependência de tempo físico para obter outra via da certidão que necessita, pois, via de regra os Cartórios do Registro Civil, especialmente da Capital do Estado tem acúmulo de serviço e não podem atender a tempo e à hora todas as solicitações.

Sendo do conhecimento geral que hoje com a dinâmica dos programas de financiamento de casa própria a formação do processo de solicitação exige a inclusão de certidões de registro civil do proponente, esposa e filhos — em duas vias, cada — e que, de modo geral quaisquer outros processos de cadastramento econômico fazem aquela exigência, fácil é para todos, chegar à conclusão de que, a manterem os Cartórios o atual formulário de Certidões, estarão gravando desnecessariamente o contribuinte pois que o mesmo verse-á obrigado a tirar tantas vias originais, de cada uma das Certidões, quantas necessitar para instrução de seu processo.

Entendemos, por outro lado, que nada existe sob o aspecto legal que dê guarida ao procedimento dos titulares dos Cartórios do Registro Civil, pois que é evidente eles estão apenas procurando aumentarem seus rendimentos ante a impossibilidade do portador conseguir tirar cópia xerográfica das Certidões e, assim, ter que constantemente solicitar novas vias, pagando-as, é claro.

O nobre Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, digníssimo Corregedor Geral da Justiça, homem da lei afeito ao julgamento sereno das questões de fato e de direito, certamente encontrará nossa solicitação maiores razões que determinem a efetivação da medida ora encarecida.

Dos Senhores Deputados, espero o honroso e indispensável apoio para o presente requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais Requer após consultado o douto Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda doutor Mauricio Schulmann, solicitando seus bons ofícios no sentido de ser providenciado o pagamento dos professores suplementaristas do Distrito de Jesuíta, município de Formosa do Oeste, que no corrente ano letivo ainda não receberam nenhum vencimento pelas aulas ministradas.

O atraso no envio do pagamento desses professores está acarretando sérios transtornos, pois a maioria depende desse numerário para custear a própria sobrevivência.

Muitos professores suplementaristas já estão, em que pese a sua boa vontade em pagar as dívidas em dia, com os créditos cortados até mesmo nos empórios e nas farmácias.

Os mais sacrificados estão sendo os professores casados que já não tem recursos para a alimentação dos filhos.

Todos os professores entregaram sua documentação em dia e preencheram todas as exigências, razão que nos leva a apelar ao Secretário da Fazenda visando a urgente liberação do pagamento dos suplementaristas de Jesuíta.

Palácio 19 de Dezembro, 30.08.1973.

(a) — Antonio Belinati.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 191-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1973.

(a) — Borsari Neto

JUSTIFICAÇÃO:

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná é realmente uma entidade de utilidade pública. O que pretendemos, com esta iniciativa, é conhecê-la oficialmente, pois a mesma possui os requisitos exigidos pela Lei pertinente.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não estava brincando o Governador Emilio Gomes, quando na primeira reunião de seu Secretariado afirmou que durante sua administração, os meses seriam contados em semanas. Sentindo a exiguidade do tempo que tinha pela frente, decidiu partir para uma política agressiva de aceleração de obras.

E o anúncio de que em 1974 o Paraná vai ganhar uma obra nova por semana, só no setor das telecomunicações, é a demonstração cabal de que o Sr. Emilio Gomes está firmemente motivado a imprimir um ritmo acelerado à máquina do Governo, conforme disse em seu discurso de posse.

Sr. Presidente, nosso Estado tem passado por momentos difíceis, sem que jamais os paranaenses houvessem perdido a esperança de dias melhores.

Esperança que está, agora transformando-se em certeza, diante das medidas tomadas pelo Governador, no sentido de recuperar o Paraná evidenciando nossas extraordinárias potencialidades, careando para o Estado a sensibilidade e as atenções do Governo Federal, através de um trabalho para o qual nós políticos, fomos convocados.

Não se trata de manifestar, neste instante, um júbilo exagerado.

Mas, sim, de voltarmos nossos olhos para o Palácio Iguaçu com otimismo, confiança e vontade de somarmos esforços para que o desenvolvimento do Estado não seja mais tolhido e para que o descredito não continue fazendo eco entre nossa gente e, até mesmo, fora de nossas fronteiras.

A presença em Curitiba, na última quarta-feira do Ministro Hygino Corsetti, das Comunicações, veio corroborar as atenções que o Governo Federal pode dar ao Paraná, nesta sua nova arrancada.

Depois de ouvir do Governador Emilio Gomes o anúncio de seu programa de obras no campo das telecomunicações, e saber que vai se exigir da Telepar uma aceleração em seus trabalhos, com 182 frentes, abrangendo 146 cidades o Ministro Corsetti fez questão de reafirmar sua confiança no Paraná, destacando a liderança que nosso Estado ostenta nas telecomunicações.

E ainda mais comunicou oficialmente o Ministro que o Paraná vai receber nos próximos cinco anos investimentos da ordem de um bilhão de cruzeiros, para implantação de mais 250 mil telefones em todo o Estado.

Este comunicado do eminente Ministro Hygino Corsetti não foi, naturalmente, provocado pelo fato de que no Paraná hoje, existe um novo Governo. Resultou sim, de um planejamento que o Ministério das Comunicações executou com antecedência do qual o Paraná vai extrair benefícios enormes.

Mas, não seria por demais afirmar que, esta feliz coincidência, é muito bem o indicio de que estamos vivendo novos dias e de que outras boas notícias como esta, certamente acontecerão com frequência daqui para a frente.

E cabe a nós, políticos, participar ainda mais ativamente para que este processo não seja interrompido.

Não poderia sr. Presidente, deixar a Tribuna sem antes cumprir o dever de comunicar à Casa que o Governador do Estado, através da Secretaria dos Transportes, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem tomou providências para que a ligação Pato Branco-Francisco Beltrão tenha condições de tráfego, mesmo nos dias chuvosos, nos próximos dias.

Esta medida haverá de não permitir prejuízos quanto as obras de revestimento definitivo do novo traçado de 55 quilômetros daquela importante rodovia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário da Assembléia Legislativa do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Umuarama acompanhado de outros Vereadores daquela Câmara; e anunciar que se encontra entre nós, o ex-Deputado e atual Prefeito do Município de Guarapuava, Nivaldo Kruger.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e srs. Deputados. Chega ao nosso conhecimento, descontentamento reinante entre Engenheiros do Estado do Paraná, em função de discriminações, distorções existentes no quadro do funcionalismo público estadual sobretudo naquele que se refere especificamente a essa capacitação.

Consta que Engenheiros da COPEL percebem mensalmente cerca de 12 mil cruzeiros ganhando mais do que Prefeitos, do que Deputados, do que Secretários, do que Deputados Federais do que Governador do Estado, ganhando mais até mesmo do que o Presidente da República, e em contraposição, Engenheiros do DER estariam percebendo de 2 a 3 mil cruzeiros mensais; acresce-se a isso, o fato de que três Engenheiros pertencentes ao quadro funcional da COPEL estão prestando serviços ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem recebendo, além dos 12 mil cruzeiros, as vantagens provenientes da função que exercem no DER; além de receberem essa importância levada estão roubando a oportunidade de profissionais lotados no quadro funcional do DER em nosso Estado.

Desta forma, Sr. Presidente e srs. Deputados, cabe-nos neste instante solicitar ao Governador do Estado — e o fazemos através da sua liderança nesta Casa — a apresentação de um novo plano de classificação para o funcionalismo público do Estado do Paraná, a fim de que estas discriminações e estas distorções injustas sejam corrigidas, não somente no setor do quadro de Engenheiros do Estado do Paraná, mas não atinja também outros setores porque, a mesma discriminação e a mesma distorção vem ocorrendo há algum tempo em vários setores do quadro do funcionalismo público do Estado do Paraná. É uma discriminação injusta, que precisa ser corrigida.

Neste instante comparecemos à Tribuna para fazer um apelo a Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, no sentido de que ofereça para apreciação, um novo plano de classificação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente e srs. Deputados.

É apenas com o objetivo de justificar Requerimento que endereçamos à Presidência da Assembléia Legislativa, pedindo que, nos, após consultado o Plenário deste Legislativo Estadual, seja feito um apelo ao Sr. Secretário da Fazenda do Paraná, Mauricio Schulmann pedindo a sua interferência, os seus bons ofícios, visando o pagamento imediato das professoras suplementaristas que lecionam no Distrito de Jesuíta. E para ser mais preciso, é um distrito localizado no Município de Formosa do Oeste. Lamentavelmente, sempre que se procede alguma alteração na política do Paraná, logo é feito um discurso, para aplauso da maioria, prometendo ao professor que este receberá o seu

vencimento no ato do pagamento, e que doravante, o professor, o magistério, será prestigiado. Não se permitirá mais atraso no pagamento destes salários que são tão irrisórios, tão insignificantes, os vencimentos percebidos pelo professor paranaense. E até mesmo o falecido Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, de saudosa memória, um dia, pela televisão, anunciou que dali para frente, o Magistério Estadual receberia seus salários em dia. Mas infelizmente, tanto o Sr. Pedro Viriato Parigot de Souza, como outros dirigentes do Paraná, não conseguiram até agora, dar a atenção devida a estes homens, mulheres, jovens que com tanto amor, têm levado a cultura aos mais distantes Municípios do Paraná. E assim é que diante deste descaso total, diante desta desatenção não é culpa de um Governo que se implantou há pouco, que já herdou esta situação, e ainda hoje no Paraná, em algumas cidades até hoje, que estamos no mês de setembro, não receberam um vintém sequer do Governo do Estado. Somos de um Partido contra o Governador Emílio Gomes, porém, dispostos a prestigiar S. Exa. no campo administrativo, nos seus projetos que objetivem o bem estar do Paraná. Como também viemos aqui desta Tribuna cobrar do novo Governo estadual, uma remuneração mais justa ao nosso servidor, porque enquanto no vizinho Estado de S. Paulo, o professor percebe para lecionar no primário, mais de cem mil cruzeiros por mês, e aqui no Paraná, não vemos a mesma coisa para o nosso professorado.

O professor precisa lecionar em duas ou três escolas, viajar, para cidades distantes continuando a sua luta, pois quanto mais ele ministrar, um pouco mais de dinheiro ele terá no fim do mês. Mas mesmo o professor do Paraná, ganhando praticamente 50% do que ganha o servidor paulistano, vemos que em Formosa do Oeste, o pagamento não chega. Existem Municípios como já disse, que até o mês de setembro o professor não recebeu nenhum mês de salário. Querida, Sr. Presidente, alertar à Casa, tanto os companheiros do MDB como também os Deputados da ARENA, para que possamos todos nós, pleitear do Governo do Estado, o pagamento mais em dia, mais atualizado para a laboriosa classe do funcionário público estadual. — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados.

Algumas visitas feitas às Assembleias Legislativas do País, e principalmente, a participação num Congresso Nacional das Assembleias Legislativas e mais ainda a constatação de que em muitos pontos tem esta Casa sofrido algumas consequências em razão do seu Regimento Interno, animaram-nos, Sr. Presidente, num trabalho modesto de apresentação de um Projeto de Regimento Interno.

Antecedendo um Projeto de Resolução que dispõe sobre o Regimento Interno, passaremos a ler a sua breve exposição de motivos:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados:

1 — Há longa data e para ser mais preciso, desde 1947, vem esta Casa adotando o mesmo Regimento Interno. Algumas Resoluções posteriores, modificaram-lhe o texto em alguns pontos e foram consolidadas, sem, contudo, lhe afetar a estrutura.

Ao submetermos à apreciação desta Augusta Assembléia o presente Projeto de Resolução que dispõe sobre o seu Regimento Interno, através desta breve exposição de motivos, cumpre-nos ressaltar justamente esse fato: talvez, no Brasil, em nenhum outro Estado-membro teve um Legislativo um Regimento Interno de tão longa vida, o que serve para atestar o valor inegável de sua estrutura e das tradições que o mesmo criou nesta Augusta Assembléia.

Dai ter o presente Projeto, inicialmente, se preocupado em manter os dispositivos criados pela tradição e que refletem os costumes legislativos legitimamente paranaenses.

Nem mesmo o Projeto de unificação dos Regimentos Internos tal qual se acha redigido pelo Congresso Brasileiro das Assembleias Legislativas, veta tal procedimento.

2 — Embora aceitável em sua forma, o Regimento em vigor apresenta, entretanto, fórmulas completamente superadas pelo evolução do direito que norteia o Poder Legislativo, muitas delas quântitativamente inconstitucionais. Por outro lado, observa-se que alguns preceitos constitucionais ainda se acham carentes de normas regimentais nesta Casa. Tais casos, contudo, são plenamente justificáveis: O Regimento em vigor nasceu sob a égide da Constituição de 1946, enterrada em 1964, pelo Ato Institucional n.º 1, seguindo-se-lhe a Carta de 1957 e, ainda, a reforma constitucional de 1969. O Estado do Paraná, sucessivamente adaptou sua Constituição aos preceitos federais de 1967, 1970 e 1971, respectivamente, mas o Regimento Interno desta Casa não recebeu ainda, as modificações que novos preceitos constitucionais estão a exigir.

3 — Como adiante se verá, o Projeto é despretencioso e deverá re瑟ber dos Senhores Deputados, neste Augusto Plenário ou nas Doutas Comissões, os suprimentos e as luzes de sabedoria evidentemente necessárias, para que promulgue um Regimento Interno consentâneo com a lei, de plena conformidade com o Direito e através do qual aqui se pratique sempre a mais sábia elaboração legislativa.

4 — Mantendo, tanto quanto possível, os preceitos tradicionais do Regimento em vigor, o Projeto, através de seus 296 artigos, mais as disposições transitórias com 4 artigos, traz em seu bojo, e como principais, as seguintes inovações:

- a — Acréscimo das atribuições do Presidente;
- b — Criação de uma Sessão destinada às Comissões Especiais de Inquérito;
- c — Criação de uma Sessão destinada às Comissões de Representações;
- d — Reformulação da distribuição de matérias e papéis às diversas Comissões, que passará a ser feita pela chefia da Divisão das Comissões, com a finalidade principal de se economizar tempo;
- e — Melhor disciplinação das atividades e atribuições das Comissões;
- f — Criação de um Capítulo destinado aos Líderes disciplinando sua atuação e competência;
- g — Criação do Capítulo destinado à eleição do Governador do Estado;
- h — Criação da figura do Líder do Governo, independente da existência do Líder Partidário;
- i — Criação de um Título destinado à elaboração Legislativa especial;
- j — Criação de um Capítulo destinado à indicação dos Prefeitos da Capital e das Estâncias Hidrominerais e dos Conselheiros do Tribunal de Contas e seus substitutos;
- k — Criação de um Título destinado à Convocação e o Comparecimento dos Secretários de Estado.

5 — Para a concretização do Projeto, atendeu-se aos dispositivos constitucionais e Leis federais e estaduais em vigor, em que se lhe impõe normas, e preceitos além da comparação com os Regimentos Internos da Câmara dos

Deputados, as Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul, Ceará e São Paulo.

Nesse trabalho, reconhecidamente exaustivo de criar e substituir fórmulas e de encontrar para o nosso Regimento, um modelo que não dissintisse dos demais do Brasil, mantendo-se, contudo, soberanamente paranaense, desejamos destacar e agradecer a colaboração que nos prestou o ilustre advogado Dr. José Maria Zanardini de Camargo, integrante do Gabinete de Assistência Técnica (G.A.T.), ligando-se — pela sua cultura, capacidade e dedicação — à concretização desses objetivos.

6 — E, pois com a mais elevada honra, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que submetemos à deliberação desta Casa o incluso Projeto de Resolução, que dispõe sobre o Regimento Interno.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência os nossos protestos de estima e apreço.

Respeitosamente

As.) José Muggiati Filho”.

Desejo registrar apenas que tenho, ingualmente, a honra de encaminhar, desde já, uma cópia do Projeto ao lustrre Líder do Governo, Deputado Ivo Tomazoni; ao ilustre Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares; ao ilustre Líder do MDB, Deputado Maurício Fructet e ao mais antigo legislador que integra esta Casa, Deputado Emílio Carazzai, pela sua experiência e cultura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos congratularmo-nos com S. Exa. o Sr. Deputado Ivo Tomazoni, pelas notícias auspiciosas que esta tarde trouxe à Plenário. Efetivamente, nós ansiamos, nós desejamos, nós queremos, nós entendemos imprescindível que uma nova era caia sobre nosso querido Estado do Paraná. E que essa meta de trabalho, de luta, de realizações, efetivamente venha cobrir o nosso Estado, com esse otimismo que nos é trazido por S. Exa. o Deputado Ivo Tomazoni, pois desde há diversos anos o Estado do Paraná está mergulhado num marasmo, num descrédito e num processo de retrocesso no seu desenvolvimento, que era cantado, que era decantado e vibrado no Brasil inteiro.

Muito a propósito dessas auspiciosas notícias e dessa fase de otimismo que se abre na administração de nosso Estado, trazemos uma pequena contribuição que julgamos de nosso dever, como representante de uma região do interior, das mais notáveis do nosso Estado.

(Lendo): “Ao se instalar o Governo do eminente Sr. Emílio Gomes, e ao ensejo da próxima reunião deste Governo com todos os Senhores Prefeitos Municipais da Região Oeste, a ter início no próximo dia 3 de setembro, como representante daquela próspera e fabulosa Região, entendemos de nosso dever enfocar os seus principais problemas, que os acreditamos relevantes, carecendo de serem conhecidos, estudados e, com resolução e grande espírito paranaense e amor cívico, atacados e resolvidos.

A potencialidade da economia oesteana e as possibilidades que aquele vasto território paranaense oferece ao Estado e à Pátria, como contribuição na sua emancipação sócio-econômica, impõe o dever patriótico da presença do Governo e, efetivamente, a solução dos seus cruciantes problemas. O Oeste paranaense assusta a quem se detiver na análise superficial da sua recente conquista, isto é do seu desbravamento, pois há vinte anos, com menos de cem mil habitantes passou, em 1973, para bem mais de um milhão de patrícos que enfrentam toda sorte de vicissitudes na sua coragem, despreendimento e luta fêrrica em busca do progresso, da construção de riquezas.

A fabulosa fertilidade do solo, compreendido entre os Vales do Piquiri, Iguaçu e Paraná, atraiu para aquela notável parte do Paraná verdadeiras massas humanas. Gentes do Sul, do Centro, Norte e Nordeste, e nos seus originais usos e costumes, na sua mescla e naquele caldeirão, criaram e sedimentaram original, mas notável sociedade. É um notável contingente que produz e consome e somente quem conhece o Oeste pode compreender a ansia de trabalho e progresso e a revolta de seu povo com o descaso e abandonado pelo Poder Público. Se diz em alto e bom som, em todos os recantos da Região, que os únicos órgãos governamentais que ali atuam são os do Departamento de Arrecadação e da Fiscalização. E como se carregam recursos para os cofres públicos! Vejam-se as estatísticas...

Em nenhuma outra Região do Estado se produz mais soja, milho, trigo, madeiras industrializadas, suínos.

Propomos um desafio: Mostrem-nos, digam-nos existir, no Brasil, mesmo no mundo, outra faixa de terras contígua tão fértil, capaz de produzir a variedade e quantidade de produtos de tão elevado valor.

A exceção do cacau, pois não lembro outro, se existir, no momento, todos os demais produtos cultivados no Brasil ali são produzidos.

O café, o soja (em maior escala do Paraná), o milho, o trigo, amendoim, rami, arroz, o sorgo, a cana de açúcar, frutas, e, a seu lado a pecuária em franco desenvolvimento onde a suinocultura desponta em escala impressionante, com 80% da produção estadual e a criação e engorda do gado bovino aumentam consideravelmente, especialmente agora quando se está implantando, com energia e entusiasmo, o sistema desta atividade pelo método “voisin”. Os índices desta produção, o seu volume, são por demais conhecidos das autoridades. Acrescente-se que toda esta produção, na sua qualidade, diversidade e volume representa ainda tão somente cinquenta por cento do que sai da Região, pois a outra metade, ainda está contida na extração e industrialização da madeira.

Dai, fácil perceber, o enveredamento natural para a industrialização dos produtos da agricultura, que se inicia com todo vigor. Muitos investidores já descobriram esse manancial. Além de já estarem em funcionamento diversos frigoríficos, aumentam as fábricas de óleos, com objetivo principal a exportação. Exportação de proteínas para um mundo faminto de alimentos. Divisas para a Pátria. Em Cascavel se está implantando uma fábrica de papel, e pasmem os Senhores, pois a matéria prima para esta indústria fabulosa, é a cana de milho.

Sabe-se até que no Oeste possuímos consideráveis jazidas de minerais, especialmente o cobre.

E por acaso ali não estão as maravilhas cantadas no mundo inteiro? Cataratas e Sete Quedas..., o que se traduzido em sentido econômico quer dizer “indústria sem chaminé”, fator a carrear divisas...

Que hino de louvor à Pátria!!

Terra fertilíssima com situação topográfica a permitir a quase total mecanização; condição climática excelente, índice pluviométrico constante, ideal; seus rios a oferecer um potencial energético dos maiores do mundo — o Pi-

quiri, o Iguaçu e o Paraná; belezas naturais a fazerem inveja ao mundo. Ali se está iniciando a construção do Itaipu, a obra do Século, para nós pelo menos.

E tudo isto, Srs. Deputados, à sua própria sorte. Tudo que ali se faz se produz, se constói e obra, do esforço humano particular e, convém que seja dito e proclamado para que ao menos não sejamos tidos como omissos, sem presença, sem participação à ajuda do incentivo do Poder Público, pois, muito mais se tira da Região Oeste, do que para lá se envia, mas muitas vezes mais a quase totalidade em forma de benefícios, de obras públicas, de segurança e de educação. Ainda, e passem os Senhores, 40% das crianças do Oeste não tem escola pública, primária. A grande maioria dos Municípios, a quase totalidade dos Municípios não possui Delegacia de Polícia e cadeia pública; não existem, na maioria dos Municípios, Foruns em condições de atendimento mínimo de suas necessidades.

O Forum de Cascavel, por exemplo, está funcionando nas dependências da Câmara de Vereadores há mais de 4 anos, por empréstimo, criando uma situação de constrangimento pois os Vereadores não têm onde se reunir e, ali, o Forum não tem condições de funcionar. Não há como se distribuir justiça, tão necessária e imprescindível à organização social; atendimento médico-hospitalar extremamente deficiente, não existe, naquela vastíssima região de mais de 1 milhão de habitantes, um sequer, um hospital de caridade ou um hospital público.

(Continua lendo): "Sistema rodoviário primitivo, fator de calamidade pública, de prejuízos vultosos, de entrave e desestímulo. Durante vários meses por ano, em média, não há trânsito, levando a intranquilidade à população pois prejuízos enormes são impostos ao problema agrícola, ao pecuarista, ao industrial, ao comerciante, ao viajante, àqueles colonos que necessitam transportar seus doentes. Pontes caídas, lá assim ficam durante anos e anos. É recente o caso de Matelândia onde um Prefeito, desesperado com o problema, fez por construir, apressadamente, uma ponte de grande sentido e valor, para uma vasta área a seu povo, e, no dia da inauguração essa ponte ruíu, matando diversas pessoas e causando um número elevado de feridos, assim como destruindo veículos; e lá está a ponte caída e o trânsito interrompido e a economia, estagnada. Outras pontes estão assim, sem falarmos em pontilhões, barreiras, etc. etc. Por falta de estradas, produtos apodrecem nas colheitas na roça, nos depósitos, ou nos caminhos em caminhos atolados — é comum vermos na região 300 ou 400 caminhões, até 500 num pequeno trecho de estrada, ter que lá permanecerem durante 2, 3, 4, 5 dias, até que a bondade divina dê condições a que esses veículos saiam".

O Sr Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, eu não poderia deixar de intervir, neste momento em que V. Exa. faz, desta Tribuna, belíssimo pronunciamento, otimamente redigido e até certo ponto, com justiça, narra a potencialidade econômica do Oeste paranaense. Mas me parece, Sr. Deputado, que V. Exa. quando fala da ausência ou da omissão do Governo do Estado nos mais diferentes setores da sua responsabilidade V. Exa. está formando uma imagem por demais negativa.

Concordo com V. Exa. que a Região do Oeste paranaense ainda esteja ansiando por receber obras e serviços indispensáveis para que não se detenha o progresso tão extraordinário, que ali se está verificando fruto é verdade e V. Exa. bem afirmou, do elemento humano que habita aquela região, do esforço, do trabalho e do sacrifício daquelas famílias. Mas não poderia deixar de contestar, quando se fala na ausência total do Governo do Estado na Região Oeste paranaense para dizer o que significa hoje no Oeste e Sudoeste também esta explosão demográfica que de ano em ano dobra as populações dos núcleos populacionais, dos distritos administrativos e jurídicos, das sedes municipais. Nós assistimos há alguns anos o mesmo fenômeno ocorrendo na Região do Oeste, Região que também ansiava por receber aquelas obras de infra-estrutura e mais, para acompanhar o desenvolvimento. O que o Norte do Estado passou, nós estamos passando hoje, mas não podemos deixar de afirmar que o Governo do Estado dentro das suas possibilidades financeiras tem socorrido vários setores, entre eles, o setor da educação. Não sei exatamente qual a fonte que induz a afirmar que 40% de crianças em idade escolar, estão sem matrícula por falta de aula. Quero crer, que no Norte, hoje, seja bem inferior aos 40% anunciados por V. Exa. que no setor do Ensino Médio mais precisamente o Estado do Paraná, está este ano aplicando em aulas suplementares mais de 600 milhões de cruzeiros. Houve uma previsão a mais de ordem de 187 bilhões de cruzeiros. Para que V. Exa. tenha idéia do quanto cresce o Paraná e como é difícil programar de um exercício para o outro. Nós poderíamos trazer os números que atestam quanto o Governo do Estado gasta no pagamento com o professorado estadual naquela Região, quanto o Governo gasta na manutenção, da justiça, nos órgãos de segurança, quanto se aplicou nos últimos anos na contribuição de salas de aulas. Embora eu reconheça que não se atendeu ainda a todas as necessidades. Ainda há poucos dias foi inaugurada em Medianeira uma das maiores obras do setor de ensino que já se construiu no Interior. E agora, o setor de energia elétrica, aí está em andamento o plano COPEL — BID da integração Sudoeste, Oeste, Noroeste, com as torres de alta tensão atravessando rios, caminhos e levando energia elétrica aos mais distantes rincões daquelas regiões que sonhavam com este benefício para daqui uma dezena de anos. E o Governo lá está presente. No setor de telecomunicações, não só pela vanguarda que o Estado mantém hoje neste setor face às demais unidades da Federação, é uma região que já está recebendo suas centrais urbanas automáticas com serviço de telefonia interurbano. No setor de saúde, aquele precário de sempre tanto no Paraná como no Brasil inteiro, mantém o Distrito Sanitário, modesto é verdade, mas tudo dentro da capacidade financeira que um Estado tem. Devíamos dizer que ontem, menos que hoje, a população daquela região e das outras recebiam assistência através do FUNRURAL. A presença ainda precária do INPS! Instalação de agências em Cascavel, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Campo Mourão e Paranavai, haverá de vir, se Deus quiser. A falta é talvez mais dos setores encarregados hoje tão somente da administração de pessoal, que é o que está dificultando as instalações para que tenhamos serviço em maior número para o atendimento daquelas populações.

Concordo com V. Exa. de que nossas estradas são talvez as mais precárias do Estado do Paraná. Mas temos que acreditar hoje num futuro próximo, porque pela primeira vez neste Estado se fez uma programação de obras de estradas principais, estradas de primeira categoria e um plano viário para estradas vicinais consideradas alimentadoras. E o Governo está em busca de recursos, promessa de órgãos federais de injeção de recursos tão necessários para que a Região Oeste tenha obras construídas em curto espaço de tempo.

Cumprimento V. Exa. pela oportunidade do discurso que faz porque no dia 3 de setembro, na semana que vem, haverá de se reunir no Palácio Iguaçu todos os Prefeitos Municipais integrantes da micro Região, 13, que tem a sedé-la o Município que V. Exa. representa, Cascavel. Já determinou o Governador do Estado para esta reunião que haverá de se pro-

longar até o dia 6, que os Secretários de Estado mantenham contato direto com os Prefeitos para que, juntos, discutam todos os problemas sob a responsabilidade de cada uma das pastas governamentais.

Acredito hoje, mais do que ontem, que haveremos de ver a curto prazo resolvidos os problemas mais angustiantes de nossa região. Não posso deixar de cumprimentar V. Exa. pelo brilho de sua oração, pela maneira com que V. Exa. soube tão bem pintar, com tanta honestidade de propósitos, o que representa o Oeste, hoje, no desenvolvimento de nosso Estado.

O Sr. IRIS CALDART — Nobre Deputado é contributiva a intervenção de V. Exa. Apenas me reservo outra oportunidade para discorrer sobre o aparte, porque quero terminar e não quero ser traído pelo tempo. Posteriormente haveremos de dialogar.

(Lendo): "E o problema sempre mais grave e sempre menos considerado do litígio de terras..."

Isto é grave.

O Sr. Ivo Tomazoni — Deste poderemos falar.

O Sr. IRIS CALDART — "Milhares de alqueires daquelas melhores terras do mundo com a situação de posse irregular. Dois e até três títulos de domínio sobre uma mesma área, além de posseiros ou intrusos. E saber-se que o Governo tem um Ato Institucional às mãos e os problemas lá se agravam e eternizam. Data vênica e com todo o respeito, mas entendemos que deveria existir mais amor e civismo para com tão angustiante situação de um povo que trabalha, quer produzir e construir esta Pátria mais bela, mais engrandecida, onde as lutas pela posse da terra se sucedem, com o derramamento de sangue, constantemente.

Conforme estudo e trabalho que apresentamos nesta Casa, recentemente, a Região reclama, porque necessita, porque é justo e humano e vem ao encontro dos próprios interesses do Estado, uma Peritenciaría tipo misto: Segurança, Economia e solução social considerada, à família e ao detento.

A Delegacia e Cadeia Pública de Foz do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Toledo, Mal. Cândido Rondon, encontram-se em condições horribes, péssimas, desumanas, bem como às dos demais Municípios da Região.

E a chamada "Capital do Turismo", Foz do Iguaçu, que abriga milhares de turistas vindos de todas as partes do mundo, uma cidade esburacada, sem as mínimas condições de higiene e conforto, com ruas enlameadas e esburacadas. O empresário investe somas fabulosas em edificações de hotéis, numa cidade suja, chegando-se a dizer, comumente, naquela cidade, que ela não é a "Capital do Turismo" e sim a "Capital da Vergonha Nacional". Um turista sai da Europa, ou dos Estados Unidos da América do Norte, e chega a Foz do Iguaçu, depois de desembarcar num belo Aeroporto, adentra numa cidade que mais parece uma aldeia dos tempos do "bang-bang".

Se Foz do Iguaçu é Área de Segurança Nacional; se representa um fator de chamamento do turista mundial, um "cartão-de-visita" brasileiro, porque, então o Governo Federal não atenta para isto e faz construir uma cidade que possa ser orgulho, conforto e decisivo fator de produção de divisas. Não é por acaso esta uma fonte de riqueza altamente desejável?

E, no Oeste, Região de fabulosa produção agrícola, porque é fato inquestionável, provado pelas estatísticas, a ausência de assistência tecnológica ao produtor é total; não sabemos lá, ainda, qual o tipo ideal de semente, a variedade melhor como fator de produtividade. E, quando chega-se no momento de plantar, geralmente não existe, ou se existe a semente é a preços escorchantes, proibitivos. Não possui aquela vasta e rica Região um laboratório para análise do solo, para determinar a acidez e os componentes necessários da adubação; ora para se conhecer a praga que assola as lavouras. Problema, por outro lado, muito sério é relativamente ao armazenamento, colheitas enormes sem lugar para serem colhidas, por falta de estradas, apodrecem ou ras roças ou nos armazéns, ou nos caminhos porque não há armazenamento e, se há, é em número, em quantidade mínima e não atende um vigésimo da demanda da Região.

Se é, Srs. Deputados, hora de Brasil grande, pois que se honre o "slogan". Rogamos, pedimos que o honrado Governo de Emílio Gomes se dignasse de ver, ouvir, sentir e amar o Oeste do Paraná. Fração grandiosa e exuberante deste Paraná que tanto queremos e amamos. Que S. Exa. sentindo o valor de uma Região, a humildade, o devotamento de um povo, faça incluir nos seus planos de Governo, a solução, pelo menos em parte, de tão graves e angustiantes problemas".

V. Exa., Nobre Deputado Ivo Tomazoni, Líder do Governo, gostaria imensamente que V. Exa. — e farei até um pedido, uma súplica — percorresse a Região Oeste comigo, pelo menos por 2 ou 3 dias. Tenho certeza absoluta de que, quando repressarmos, V. Exa. vai me tachar de sádico, que tive prazer em ver V. Exa. sofrer tanto. Sofrer em andando por estradas do Oeste do Paraná, sofrer em vendo milhares de crianças sem escolas, sofrer em vendo reclusos em número de 15, 18, até 20, num cubículo sem iluminação e sem ventilação direta. Criaturas humanas apodrecendo em cubículos. V. Exa. iria me chamar de sádico, porque levei V. Exa. a ver tantos e tão graves problemas numa única oportunidade, numa Região só. Não quero fazer, nobre Deputado, espetáculo, não quero fazer e não faço radicalismo político. Sou um dos que tem esperança, sou um dos homens até certo ponto feliz, quando vejo, não obstante todas as incongruências e erros, um cidadão que sai de um Parlamento e vem administrar seu Estado. Honrado e digno sob todas as formas.

Acredito no Paraná, acredito no restabelecimento da democracia em nossa terra, porque é da índole, do sangue e da consciência do povo brasileiro. Mas creia sinceramente V. Exa. que não estou fazendo espetáculo com os problemas da minha Região.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminentíssimo Deputado, inicialmente pediria a V. Exa. que transformasse este seu belíssimo discurso, como se feito em nome da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

O Sr. IRIS CALDART — É uma honra muito grande para mim.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. analisa com muita propriedade problemas de uma Região que V. Exa., pela sua convivência política e pela sua militância há muitos e muitos anos, conhece perfeitamente.

Além disso, aliando seu entendimento de bom profissional, como advogado, às atividades políticas, V. Exa. é um conhecedor profundo da Região. Consequentemente, tem as condições necessárias para análise que, repito, com brilhantismo realizou desta Tribuna.

Esperamos, eminente Deputado, que este apelo, que vem do Oeste paranaense, encontre o necessário eco junto aos poderes constituídos, com rapidez e eficiência, a fim de que as metas a que se propõe sejam, realmente, atingidas naquela Região. Estes são, efetivamente, os votos de V. Exa. e os votos aqui transmitidos pelo ilustre Líder do Governo nesta Casa.

O SR. IRIS CALDART — Muito obrigado, deste instante, nosso modesto trabalho é da Bancada do MDB.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não é necessário dizer que me é muito honroso o diálogo com V. Exa. No final de seu pronunciamento V. Exa. tocou em dois problemas sérios da Região.

Um deles, talvez, seja o mais aflitivo e é o que diz respeito à legalização das posses de terras. O nobre Deputado sabe que o problema não é novo. O problema existe e tem assistido as mudanças de vários Governos à frente do Estado do Paraná.

Não podemos negar, Sr. Deputado, que tentativas inúmeras, algumas delas válidas, foram feitas e medidas agora, mais concretas, estão sendo postas em prática, pela primeira vez, no Estado do Paraná.

Não vamos falar muito quanto custou, em tempo, em diálogo, em trabalho para a constituição da Comissão Mista, integrada por elementos do Governo Federal, egressos do Inara e da Fundação do Instituto de Terras que já iniciou, agora, a expedição dos títulos. No mês de setembro, na primeira quinzena, dois mil e seiscentos títulos definitivos de propriedades serão entregues aos legítimos ocupantes das áreas. Havendo, assim, uma inversão de que se fez no passado, cujos erros de governos da época, estamos pagando até hoje.

Deus queira que se repitam as experiências felizes iguais à da atuação do Getsop. Outro dia um Deputado do MDB preconizou que se estendesse a competência do Grupo Executivo para Terras do Sudoeste, para a Região do Oeste do Paraná, como já disse, por ter tido a felicidade aquele órgão de resolver os problemas de imensas glebas da Região do Sudoeste do Paraná.

Há ausência de tecnologia para a orientação de nossos agricultores em suas culturas. Temos, também, que verificar e registrar os esforços do Governo na ampliação dos Escritórios da Acarpa, em convênio, é verdade, com as Prefeituras, mas que trazem onus ao Governo do Estado, estão, hoje, disseminados em quase todos os Municípios, procurando dar o pouco que não tinha no setor da assistência tecnológica.

Quero acreditar que V. Exa. diz bem. Tenho esperanças no futuro do Paraná. "Hoje temos mais que ontem, amanhã haremos de ter mais em favor de nossa gente".

Quero voltar a afirmar que não desconheço a ausência dos problemas na Região, e nem me permitiria afirmar que V. Exa. está dramatizando. Os problemas existem. Tenho percorrido o Interior e sou egresso de uma Região tão sofrida quando a de V. Exa., mas com uma diferença: além de confiar, estou assistindo o início de uma arrancada de obras...

O SR. IRIS CALDART — Benza-a Deus!

O Sr. Ivo Tomazoni — ... que o Governo do Estado está por realizar e que haverão, por certo, Sr. Deputado, a curto prazo, de oferecer, dar a essa Região, em menor tempo depois da sua colonização, do que outras regiões já puderam ter desde que colonizadas, dezenas de anos depois que a nossa.

O SR. IRIS CALDART — Antes de conceder aparte ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, quero fazer de V. Exa., portador de duas sugestões.

Vamos enfocar apenas — e eu seria um homem realizado e feliz se esses dois problemas viessem a ser resolvidos no Oeste do Paraná — o primeiro: faça o Governo com que o GETSOP, e sem estar em Cascavel eu conheço de perto, de dentro, conheço muito bem este órgão, se V. Exa. me perguntar quem são os seus Diretores, os seus funcionários não saberei dizer, não os conheço mas conheço perfeitamente a ação desse órgão — se instale em Cascavel, este órgão ou outro idêntico e que seja V. Exa. portador desta reivindicação, desta opinião, e que se vá ao âmago dos problemas, que se entre uma gleba, se veja, se delimite esta gleba com 2, 3 mil posses como tem lá que estão se matando, se dezimando, e verifique-se "in loco" o problema.

Questão de dias! Vá para um gabinete e dê solução, em questão de horas! E questão de meses, o problema está resolvido!

No setor rodoviário sabemos a ineficácia e as condições impossíveis do Estado, especialmente o DER, resolver o problema.

Veja V. Exa., uma Região como o Oeste onde passou mais ou menos 2.000 km de estradas, não tem uma máquina do DER, em Cascavel! Como é que vai se resolver o problema?

Então o Estado que estude, que esquematize com urgência um convênio com as Prefeituras, as Prefeituras estão organizadas, graças a Deus porque, se sabe, os Prefeitos da nossa Região são homens honrados, dignos e que vivem no sangue, na carne, o problema. A Prefeitura de Cascavel poderia trazer a si, o encargo das estradas Cascavel-Corbélia, Cascavel-Nova Aurora, Cascavel-Leônidas Marques, até o Rio Iguaçu. Faça-se um convênio com essas Prefeituras; dê-se condições mínimas a essas Prefeituras e elas resolverão os problemas porque o conhecem de perto.

Seja, como já disse, V. Exa. o portador dessa nossa proposta, desta nossa modesta sugestão, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente gostaria de dizer da unanimidade que existe nesta Casa, sobre o trabalho realizado pelo GETSOP, no Sudoeste paranaense.

O que eu jamais pude entender, é que um exemplo tão precioso, experiência tão grandiosa de tão prontos resultados, não tenha sido de fato aproveitado para a solução dos problemas de terras, de outras regiões do Paraná. Porque há, de fato, nos Anais desta Casa, o registro da opinião de todos os representantes do Sudoeste paranaense e mesmo de outras partes do Estado acerca do belo trabalho realizado pelo GETSOP. E uma das esperanças que eu conservo na solução dos vários problemas de terras, do Estado, é que, à frente de uma Fundação encontra-se hoje, à frente daquela Fundação encarregada dos problemas de terras do Paraná, o homem que presidiu a GETSOP do nosso Estado Coronel Clóvis Vianna que é depositário de uma experiência adquirida à frente do GETSOP. Em segundo lugar, vimos o Deputado Ivo Tomazoni manifestar com vigor a sua certeza de que teremos uma arrancada no Sudoeste e Noroeste, e eu já estou me entusiasmando e aguardo com o coração aberto para o aplauso, esta arrancada que de fato necessitamos dela. Não posso negar que este Governo, não tenha voltado o seu pensamento para o Sudoeste, quando coloca no seu quadro de auxiliares, dois Secretários oriundos da Região, quando no Governo anterior não passou um sequer, além de colocar à frente da Liderança da sua Bancada também um homem do Sudoeste paranaense. De fato, eu acho que, nesta oportunidade, na nossa região, a Região do Sudoeste, o Governo passou a dedicar uma atenção toda especial a ela, ao

colocar em postos de destaques, homens da nossa Região. E o último, que eu gostaria de dizer a V. Exa. que traduz a realidade de uma região que é vizinha à minha e do Deputado Ivo Tomazoni, que de fato os problemas trazidos por V. Exa. foram atendidos com muita presteza e solidariedade. Refiro-me à forma pela qual V. Exa. expõe à Casa os problemas.

Acredito com honestidade, o discurso de V. Exa. deveria ser levado ao conhecimento do Sr. Governador do Estado e de seus Secretários, porque eu noto, quando os homens da Oposição usam da Tribuna para críticas duras, que é nosso ofício, também os discursos saem daqui imediatamente para a Secretaria do Governo do Estado.

Então V. Exa. também demonstra da Tribuna que não só críticas, mas também as análises serenas dos problemas é uma forma de procedimento da Oposição. De que a Oposição contribui efetivamente para o Governo porque o esclarecimento, a colocação dos problemas aos devidos termos, é uma contribuição que a Oposição está dando ao Governo que, temos certeza merecerá atenção de S. Exa., porque ele será levado pelo Líder do Governo, Deputado Ivo Tomazoni, que como eu e V. Exa., conhece tão bem os problemas do Sudoeste paranaense. Era o aparte.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para dizer a V. Exa. que só a capacidade do Governo do Estado em ter à frente do órgão encarregado do problema de terras do Paraná, segundo as próprias palavras do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, talvez tenha sido a escolha mais feliz, a permanência do Sr. Clóvis Curhã Vianna à frente da Fundação, ela enseja a esperança de solução que já estamos tendo porque o problema está equacionado. Sobre o problema que V. Exa. focalizou o Governo adotou medidas, as mesmas foram anunciadas por mim nesta Casa e fui apartado por um Senhor Deputado da Oposição como se aquela não fosse a medida acertada.

As medidas foram anunciadas pelo Diretor do DER, por mim e contestadas por um Deputado. Mas esta é hoje a solução mais rápida que se deve dar para a solução deste problema. Cumprimento novamente V. Exa. pela oportunidade do pronunciamento e quero dizer que nunca os discursos da Oposição deixaram de chegar ao conhecimento do Governador do Estado. Poderão não chegar ao conhecimento das grandes massas de eleitores, ouvintes ou telespectadores, mas sempre as notas taquigráficas chegam às mãos dos homens que fazem o Governo para que se preocupem em resolver os problemas.

O SR. IRIS CALDART — Encerrando, digo aqui e o faço solenemente de coração aberto, que tudo farei que seja possível para trabalhar, para cooperar, para emprestar inclusive, a minha experiência de 20 anos de advocacia especialmente neste setor de terras. Falo com toda a sinceridade, com toda a honestidade e, digo novamente, sem qualquer objetivo político, especialmente sem qualquer objetivo político, na esperança de que soluções sejam levadas para aquela Região porque, não tenham dúvidas os Senhores Deputados, ali está o celeiro do Paraná, o celeiro do Brasil, ali estão as proteínas indispensáveis de que o mundo tanto carece.

Vamos trabalhar, vamos lutar.

O Sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Iris Caldart, estamos ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. com respeito às estradas e, nós que já estamos aqui por dois mandatos, sabemos que outros Deputados com assento nesta Casa também lutam não só pela BR-14, Cascavel, Nova Aurora, Goioerê, Cafelândia, Cruzeiro do Oeste, como também pela BR-369 de Cascavel a Campo Mourão. Sabemos, tanto quanto V. Exa., que as estradas estão abandonadas, que os Municípios que ligam as estradas estão intransitáveis e que o Distrito Rodoviário de Cascavel não tem condições, não tem máquinas. Mas o Governo que se instalou no Paraná há poucos dias deu uma nova esperança ao povo daquela área na visita que fez a Cascavel, quando V. Exa. estava também presente e viu a massa que o recebeu no Aeroporto e o povo na cidade com suas vistas voltadas ao Prefeito, ao representante daquela cidade e ao Sr. Governador do Estado. Temos a certeza de que as estradas serão atendidas pelo Distrito Rodoviário de Cascavel, porque o Governo está equipando todos os Distritos Rodoviários do Paraná. O alerta que V. Exa. faz hoje é muito importante para mim, porque, é mais uma voz que se levanta, nesta Casa, em defesa dos interesses do Oeste e Sudoeste. O que estranho, no pronunciamento de V. Exa., porque o conheço pessoalmente, e sempre o considere com muito respeito e carinho, foi o caso das terras litigiosas. V. Exa. disse que, naquela Região, haviam mais de 2 mil posses ocupando terras litigiosas.

O SR. IRIS CALDART — Se V. Exa. quiser poderei fornecer dados concretos.

O SR. FUAD NACLI — Gostaria de ter esses dados, porque tenho conhecimento apenas de Medianeira, da Gleba Cinco Mil, Ponte Queimada. Os demais municípios Nova Aurora, Cafelândia, Corbélia, podem ter alguns remanescentes, mas Cascavel muito pouco.

O SR. IRIS CALDART — Possui bastante.

O Sr. Fuad Nacli — Gostaria que esses dados me fossem fornecidos. Porque quando saímos de Cascavel falamos sempre nos problemas de lá, mas essa é uma cidade pacata e hospitaleira, onde não há nenhum problema de demanda. Apenas alguns poucos que estão na Justiça. Mas, há problemas ainda em Palotina, Gleba Cinco Mil, Ponte Queimada São Miguel do Iguaçu...

O SR. IRIS CALDART — Já são mais de três. Existe o caso da Fazenda São Francisco que foi titulada aos colonos do asfalto os Jaffet, tem três mil alqueires e ali estão mais de 600 famílias em situação irregular.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa o nobre Deputado que restam apenas 2 minutos para o término do tempo concedido a V. Exa.

O SR. IRIS CALDART — Já concluirei. Nobre Deputado Fuad Nacli, na Gleba da Paz existem centenas de famílias com situação irregular. A chamada Gleba de Guairacá inicia em Cerro Azul até as barrancas do Rio Iguaçu, existem oito ou nove glebas com 8 mil e 500 a 9 mil alqueires.

O Sr. Fuad Nacli — Essa área não está ligada a Cascavel.

O SR. IRIS CALDART — Não estou me referindo a Cascavel, estou falando em termos de Oeste e Sudoeste, e esse problema envolve muitas famílias. Conheço mais de 40 mil alqueires em situação litigiosa irregular na nossa Região. Este é um fato que lá está para quem quiser ver.

Então encerro dizendo que tenho esperança na solução desses problemas. E V. Exa. que é meu adversário político sabe da admiração que tenho por V. Exa., que convivemos que lutamos, em busca do progresso da paz social, tranquilidade, sossego e para que nosso Paraná se transforme no celeiro desta Pátria faminta.

O sr. Fuad Nacli — O nobre Deputado pode ficar tranquilo o Sudo-

este pode ficar tranquilo, porque o Governo que está aí dará tranquilidade não só à Região de V. Exa. mas a todo Estado. Pode V. Exa. levar a palavra do humilde Deputado que representa também o Sudoeste de que teremos tranquilidade com este Governo, na solução de todos os problemas.

O SR. IRIS CALDART — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a hora do Expediente, passa-se à ORDEM DO DIA com a presença de 40 srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, ontem requeri a Mesa que determinasse que constasse da pauta da Ordem do Dia a Mensagem enviada a esta Casa por V. Exa. quando exercia as elevadas funções de Governador do Estado, para melhorar os vencimentos do funcionalismo público. Porque a matéria se encontra em regime de urgência, já estão vencidos todos os prazos regimentais e ainda não foi apreciada pela principal Comissão da Casa, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Pelo Regimento Interno a Mesa deveria hoje colocar em pauta, primeira sessão, em pauta por três dias para então ser incluído definitivamente, para apreciação da Casa embora lamentavelmente sem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Sabemos muito bem que há uma tendência do Governo tanto central como dos Estados, obedecendo orientação do Poder Central, que não haja retroatividade em nenhuma concessão de benefícios e toda a Casa pretende apelar ao Sr. Governador, oferecer Emendas, para que a vigência seja a partir de 1.º de Setembro, mas se não for votada nem o próprio Governador embora tenha boa vontade, terá condições de antecipar o aumento. Mesmo que venha agora, já daqui para frente não pode antecipar o aumento. Tenho certeza de que o sr. Governador está vindo com carinho e boa vontade em dar aumento a partir de 1.º de setembro, mas já não tem mais condições, infelizmente não tem.

Procurava-se beneficiar o funcionalismo, acho que o negócio saiu ao inverso, porque bem sabemos que é desejo do Governo central que nenhum administrador retroaja através de leis. Como hoje seguimos a orientação segura do Presidente da República especialmente no que diz respeito a questão financeira, para que se consiga manter o índice de inflação por volta de 12% em 73, é necessário que haja colaboração de todas as camadas da Nação brasileira para que o Governo consiga resolver paulatinamente a depreciação de nossa moeda, a inflação, que já vinha atingindo nossa economia há muitos anos.

Nestas condições, indagar da Mesa a razão porque não foi colocada em pauta a mensagem do Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a questão de ordem do Deputado Erondy Silverio, a Mesa informa que apesar do Requerimento do nobre Deputado ter sido aprovado por este Plenário na sessão de ontem, esta Presidência determinou que a Mensagem que cortede aumento fosse colocada em pauta. Infelizmente a Mensagem encontra-se na mão do Relator e a Mesa, se até amanhã o Relator não comparecer à Casa, será determinado que a Mensagem seja restaurada para ser colocada na Ordem do Dia.

O SR. ERONDY SILVERIO — Muito obrigado a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 49-73 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 1-73 que aprova Convenio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 133-72, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Grandes Rios e Faxinal, passando pela Cidade de Rosário. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e COPTC. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 9-73, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER para fins de conservação e melhoria a estrada que liga a Cidade de Ponta Grossa ao Distrito de Itaipococa. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e COPTC. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 48-73, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 33-73 encaminhando anteprojeto de lei que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de área de terreno com antigas edificações, situado nas ruas Emiliano Pernetta esquina com Desembargador Westphalen nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

3.a Discussão do Projeto de Lei n.º 82-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporã, Joaquim Távora e Antonina tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura como específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 114-73 de autoria do Dep. Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antonio da Platina, os tratores que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 288-71 de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo conceder Bolsa de Estudos a alunos matriculados em estabelecimentos de Ensino Superior, localizados no Estado cujo pai funcionário civil ou militar venha a falecer e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 72-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que denomina "Sanatório Noel Nutels" o atual Sanatório de Tuberculosos da Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 133-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo doar a Escola Técnica Federal do Paraná o imóvel de propriedade do Estado, situado à avenida 7 de Setembro esquina com Desembargador Westphalen nesta Capital com área de 5.268,00 metros quadrados atualmente ocupada por edificações da referida escola. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 135-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná o imóvel de propriedade do Estado, situado a rua Marechal Floriano, esquina com a Rua 7 de Setembro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 628-66 de autoria do Dep. Arnaldo Busato, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Júlio Chevalier", de Francisco Beltrão neste Estado. Parecer pelo ARQUIVAMENTO da C.C.J. e favorável com SUBSTITUTIVO GERAL da C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 628-66

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Júlio Chevalier" de Francisco Beltrão, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1966

aa) — Deputado Arnaldo Busato

JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade Júlio Chevalier" registrado com os direitos de pessoa jurídica, é o órgão que está coordenando a construção do Templo da Paróquia Nossa Senhora da Glória, sob a direção do Vigário de Francisco Beltrão Padre Júlio Carlos.

Além desse objetivo principal a "Sociedade Júlio Chevalier tem outras finalidades como: prestar assistência aos menos privilegiados, trabalhar pelos mais alevantados princípios morais do povo daquela cidade, desenvolver a cultura, contribuir para a sadia recreação dos habitantes daquela urbe.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 628-66

AUTOR: Deputado Arnaldo Busato.

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a "Sociedade Julio Chevalier" de Francisco Beltrão neste Estado.

PARECER

Em face da decorrência de mais de cinco anos da data da apresentação do Projeto em tela sem que a entidade providenciasse a documentação solicitada pela diligência através do relator, somos de parecer que seja o presente projeto arquivado.

E o relatório.

Sala das Comissões em 25 de abril de 1973.

aa) Nelson Buffara — Presidente (em exercício)

Igo Losso — Relator

Ivo Thomazoni

Antonio Lopes Júnior

Paulo Camargo

Sebastião Rodrigues Júnior

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 628-66

PARECER:

1.) Isa o presente plano de lei de autoria do ex-Deputado Arnaldo Busato, declarar de Utilidade Pública a "Sociedade Júlio Chevalier" com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

2.) A medida é de justiça; e quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos resta oportunidade, não há qualquer restrição e fazer, razão pela qual opinamos pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo Geral anexo que atende a melhor técnica legislativa.

E o parecer.

Sala das Comissões 15 de 5 de 1973.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

Gilberto Carvalho.

Comissão de Finanças

SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI N. 628-66

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Júlio Chevalier", com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.5.73.
aa) Quielise C. da Silva — Presidente
Alvaro Dias — Relator.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 273-67, de autoria do Dep. Luiz Cruz, que transfere para o DER para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. com SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 273-67

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferida à responsabilidade do Departamento Estadual de Rodagem, para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 5 de julho de 1967

Dep. Luiz Cruz

JUSTIFICATIVA

A estrada que objetivamos transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para os efeitos de manutenção e conservação, é de vital importância para a população dos prósperos municípios de Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac.

Nada mais justo, portanto, do que passarmos à responsabilidade do Estado os serviços de melhoria e conservação de tão importante trecho de uma das principais rodovias do norte de nosso Paraná.

Esse o escopo do presente plano de lei, que submetemos à consideração e apreciação de nossos preclaros e dignos Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 273-67

PARECER

A transferência do trecho de estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, é a finalidade exclusiva do projeto, de autoria do deputado Luiz Cruz.

Não há obstáculo legal ou constitucional que impeça a Assembléia ou deputado de propor iniciativas dessa natureza.

Dessa forma, opino pela aprovação.

Sala das Comissões, 22-11-72

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 273-67

AUTOR: DEPUTADO LUIZ CRUZ

1 — Objetiva o presente, de autoria do Deputado Luiz Cruz, a transferência do trecho de estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhorias.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que ora examinamos, não há o que se opor, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Fernandes Dias — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 273-67

1 — O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Luiz Cruz, visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, os serviços de demarcação e retificação da estrada que liga Ponte Kennedy aos Municípios de Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac.

2 — A proposição em foco já mereceu pareceres favoráveis das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito que cabe nesta oportunidade de examinarmos, não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão, porém, na forma do substitutivo geral anexo, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1973.

Borsari Netto — Presidente

Antonio Belinati — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 273-67

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, os serviços de demarcação e retificação da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguacu, São Jorge e Novo Bilac.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1973.

Borsari Netto — Presidente

Antonio Belinati — Relator

Arthur de Souza

(Ass. ilegível)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-68 de autoria do Dep. David Federmann, que estabelece normas para inscrição ao exame de admissão ao Curso Ginásial, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI N.º 12-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — A inscrição ao exame de admissão ao curso ginásial será permitida somente aos portadores de certificados de conclusão do curso primário, em estabelecimento oficial ou reconhecido.

Parágrafo único — É facultado o ingresso na segunda série do 1.º ciclo ginásial ao candidato que houver concluído a sexta série primária, mediante prestação de exame das disciplinas obrigatórias da primeira série do grau médio.

Art. 2.º — Fica expressamente revogado o art. 102 e seu parágrafo, da Lei n.º 4.978, de 5-XII-1964 (Sistema Estadual de Ensino).

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de janeiro de 1968

a) Dep. David Federmann

JUSTIFICATIVA

Atualmente, e segundo decisão da Secretaria de Educação e Cultura, para a inscrição aos exames de admissão ao 1.º ciclo ginásial, é exigida, apenas, a certidão de idade do candidato, para comprovar que tem 11 anos completos, ou a alcançar essa idade no correr do ano letivo.

Acontece que abalizados educacionistas reconhecem a necessidade de articulação entre os dois graus de ensino (primário e médio) e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 33, diz textualmente:

— “A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente”.

Ora, se é em prosseguimento à educação na escola primária, é óbvio que, por ocasião do exame de admissão ao 1.º ciclo do curso médio, não se deve apenas exigir fique demonstrada a satisfatória educação primária, mas sim que o aluno comprove haver cursado, regularmente, a escola desse grau.

Aliás, a Carta Estadual determina a obrigatoriedade do ensino primário, estabelecendo gratuidade nas escolas oficiais e a difusão desse ensino (arts. 133 — III e 137). Essa disposição local se conforma, como não poderia deixar de ser, com o princípio da Lei Maior (art. 168, § 3.º, II) pelo qual “o ensino dos sete aos catorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais”. — De resto, essa obrigatoriedade já vinha inscrita no Código Penal de 1940, que, em seu art. 246, prescreve pena de detenção e de multa a quem deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar.

O Sistema Estadual de Ensino (Lei n.º 4.578, de 5-XII-64), em seu art. 6.º, item III, refere-se à articulação dos diversos graus e ramos, o que é ainda confirmado pelo art. 12, da mesma lei.

Mas, na realidade, o que se passa entre nós?

Tão completa — diz RUY DE AYRES BELLO — é essa desarticulação, que para o ingresso no curso secundário não é exigida a conclusão do primário. Exige-se apenas ter o candidato a idade legal e comprove, por ocasião do exame de admissão, ter recebido satisfatória educação primária, o que não é o mesmo que ter feito o curso primário completo, uma vez que essa “satisfatória educação primária” poderá, ser realizada, das mais diversas maneiras, em escolas as mais diferentes e até sem se frequentar qualquer escola.

Ainda é de se chamar aqui o testemunho de GEORGE W. PARKIN, quando sentença:

— “A tendência de dar acesso a todas as crianças de uma comunidade ao ensino do 2.º grau conduziu a uma nova concepção dos ensinos primário e secundário. Em vez de se pensar que o primeiro é um conjunto independente e completo, destinado às numerosas crianças, que relativamente jovens vão exercer uma profissão, ao passo que o segundo, igualmente independente, é destinado àqueles cuja educação prosseguirá até o nível universitário, começa-se a considerar que o ensino primário não é mais do que a primeira fase de um processo contínuo do qual o ensino de 2.º grau constitui a fase média eventualmente prolongada pelo ensino superior ou pela educação dos adultos”.

Afinal, o Brasil assumiu, internacionalmente, o compromisso de estender a escolaridade primária a 6 anos e abre válvula, em sua legislação, a que o aluno passe da 5.ª série do primário para a 1.ª do ginásial e da 6.ª série primária para o segundo ano médio. A primeira dessas faculdades procura-se, com o presente projeto, revogar; mas a segunda é concedida na legislação federal e não nos é possível cerceá-la. O futuro dirá, entretanto, das distorções que, fatalmente, advirão dessas faculdades de opção.

Não há dúvida — Srs. Deputados — que o assunto necessita ser definitivamente regularizado, com perfeita sistematização, no que tange à defesa do ensino primário. A continuar como está, reinará o desestímulo pernicioso entre os que se dedicam ao ensino primário, levando-os ao que os americanos denominam de “ceticismo pedagógico” — o destruidor espírito de rotina, que é um dos maiores males de que padece o nosso processo educacional.

Ouvimos de um professor, que teria tido parcela de responsabilidade na decisão da Secretaria de Educação e Cultura, pertinente à exigência apenas da certidão de idade para o exame de admissão ao 1.º ciclo ginásial, que tal deliberação objetivou facilitar a um elevado número de jovens, que não tivera a possibilidade de fazer o curso primário regular, em estabelecimentos de ensino e que o processo, até então em voga, de apresentar apenas um certificado de professora qualificada de que o aluno recebera satisfatória educação primária, também de nada adiantaria, visto que, quase sempre, tais certificados eram concedidos a título gracioso.

Argumento falho a nosso ver, pois, a julgar assim, dever-se-ia também facilitar a muitos jovens e mesmo adultos, que, não tendo podido realizar, por razões as mais variadas, o curso médio, estariam, entretanto por sua maturidade intelectual em condições de submeter-se a exame de habilitação aos estabelecimentos de ensino superior. Não há como fugir dess raciocínio.

Ao Estado incumbe o indeclinável dever de prestigiar o ensino primário oficial e o particular, que reconhece como válido. Investe, anualmente, nes-

sa modalidade de ensino soma fabulosa e, ao cabo de tudo, não lhe reconhece a mínima importância para o prosseguimento do ciclo subsequente. Evidentemente, algo está errado e é o que se pretende corrigir com a presente proposição, que, estamos certos, encontrará a melhor guarida por parte dos ilustres homens públicos, que integram este Poder Legislativo.

Nestas condições, impende que a Casa ponha termo às normas vigentes, que contradizem às próprias determinações legais, como se acabou de demonstrar. E poderá fazê-lo com segurança, eis que o presente plano dá lei se harmoniza com mandamentos constitucionais e está, nem só conforme as leis vigorantes, mas em perfeita rima com todas as razões de ordem prática possíveis de serem invocadas.

Sala das Sessões, 4 de janeiro de 1967

David Federmann — Dep. Estadual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 12-68

PARECER

De autoria do deputado David Federmann, o projeto dispõe sobre a obrigatoriedade do curso primário como condição de acesso ao ginásio, bem como faculta a transferência do sextanista para o segundo ano do ginásio, desde que preste exames de disciplinas essenciais.

Entre a apresentação do projeto e a presente data, a educação nacional passou por uma profunda reforma de estrutura, consubstanciada na Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Ao fixar as diretrizes e bases para o ensino do 1.º e 2.º graus, o referido diploma legal tornou superado o problema que o nobre autor do projeto intentou solucionar.

Assim sendo, opino contrariamente ao projeto, por haver perdido o objeto.

Sala das Comissões, 26-10-72.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 12-68

AUTOR: Dep. DAVID FEDERMANN

SÚMULA: Estabelece normas para inscrição ao exame de admissão ao curso ginásio e dá outras providências.

PARECER

1. A matéria constante do presente Projeto de Lei, está superada em todos os seus aspectos, face à legislação federal disciplinadora do assunto, a qual é posterior à apresentação do Projeto do nobre deputado David Federmann.

2. Assim sendo, nosso Parecer é CONTRÁRIO à aprovação do Projeto, opinando pelo seu arquivamento.

Sala de Reuniões, em 9 de abril de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 451-68, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo isentar do Imposto Inter-Vivos, o Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba, para adquirir o imóvel que especifica, no valor de Cr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros novos). Parecer pelo ARQUIVAMENTO da C.C.J. e favorável da C.F. — **Aprovado o Parecer, Rejeitado o Projeto.**

PROJETO DE LEI N.º 451-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a isentar do Imposto Inter-Vivos, o Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba, para adquirir imóvel, no espólio de Domenciano Ruffo Bernitz e Palmira Paula Bernitz, valor do imóvel NCr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros novos).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.1968

a) — Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 451-68

AUTOR: Deputado Antônio Lopes Júnior

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a isentar do Imposto de transmissão "inter-vivos", o Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba.

PARECER

I — Tendo-se em vista que o presente Plano de Lei foi apresentado em 1968, presume-se que a aquisição do imóvel objeto deste Projeto, já foi realizada.

II — Assim sendo, acreditamos que o mesmo perdeu sua oportunidade, sendo o nosso parecer pelo arquivamento.

Sala das Comissões, em 9.5.73

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

Igo Losso

Ovídio Franzoni

Ivo Tomazoni

Antônio Lopes Júnior

Quelise C. da Silva

Paulo Camargo

Erondy Silvério

Nelson Buffara

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 451-68

AUTOR: Deputado Antônio Lopes Júnior

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo isentar do imposto inter-vivos, o Instituto Salesiano de Assistência Social de Curitiba, para adquirir o imóvel que especifica, no valor de Cr\$ 37.000,00 (trinta e sete mil cruzeiros).

PARECER

Esta Comissão analisando o aspecto financeiro, nada tem a opor. Somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1973

aa) — Quelise C. da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Gilberto Carvalho

Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 53-73, encaminhando anteprojeto que acrescenta ao artigo 9.º da Lei n.º 5.948 de 27-5-69, parágrafo com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

MENSAGEM

55/73

Curitiba, 13 de junho de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar na lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, que dispõe sobre a criação da Empresa Paranaense de Turismo, dispositivo expresso segundo o qual a referida Empresa tenha também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios.

A principal justificativa ao Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis decorre do fato da PARANATUR possuir em seu patrimônio a estância hidromineral de Santa Clara, onde existe fonte de água mineral, que, para ser explorada por aquela Empresa, depende, conforme exigência do Órgão competente do Ministério de Minas e Energia, do dispositivo de lei consubstanciado no anexo anteprojeto.

Para maiores e mais detalhados esclarecimentos sobre o assunto é anexada cópia autêntica do Ofício n.º 097/73, da superintendência da PARANATUR.

Creto de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. O art. 9.º da Lei n.º 5.948 de 27 de maio de 1969 fica acrescido de um parágrafo com a seguinte redação:

§ 3.º. A Empresa Paranaense de Turismo terá também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios em todo o território nacional como empresa de mineração.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Ofício n.º 097/73 — SUP.

Curitiba, 9 de março de 1973.

Senhor Secretário:

Pelo presente, temos a elevada satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência, proposta sobre Alteração dos Estatutos da Empresa Paranaense de Turismo — PARANATUR, para funcionar, também, como Empresa de Mineração, proposição esta, discutida e aprovada em Reunião do Conselho Paranaense de Turismo — CEPATUR, realizada em 28 de fevereiro de 1973, cuja matéria, segundo entendimentos, deverá ser apreciada pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Antecipadamente agradecidos pela atenção de Vossa Excelência, servimos do ensejo, para manifestar nossas expressões de elevado apreço e distinguida consideração.

Cordiais Saudações

GILBERTO DE ABREU PIRES
Superintendente

Excelentíssimo Senhor Doutor IVO SIMAS MOREIRA

Secretário de Estado dos Negócios do Governo

N/ Capital

Senhor Presidente e demais membros do
Conselho Paranaense de Turismo.

A Superintendência da Empresa Paranaense de Turismo, após estudos elaborados pelo Bacharel Antonio Carlos Suplicy de Lacerda, atualmente exercendo as funções de Consultor Jurídico da PARANATUR, chegou a conclusão, de que deverá sofrer alteração a Lei n.º 5948 de 27 de maio de 1969, que criou o Conselho Paranaense de Turismo e a Empresa Paranaense de Turismo, em seu art. 9.º, onde deverá ser incluído mais um parágrafo nos seguintes termos:

“§ 3.º — A Empresa Paranaense de Turismo, terá também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios em geral em todo o território nacional, como empresa de Mineração”.

Justifica a Consultoria Jurídica da Empresa a proposição, baseada no art. 1.º, do Decreto Lei n.º 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Decreto-Lei n.º 1.985 (Código de Minas) de 29 de dezembro de 1940.

O referido art. dispõe:

Art. 1.º O aproveitamento das jazidas depende de Alvará de Autorização de Pesquisa, do Ministro das Minas e Energia; e de Concessão de Lavra, outorgada por Decreto do Presidente da República, atos esses conferidos, exclusivamente, a brasileiros, ou a sociedade organizada no País como Empresa de Mineração.

Tendo sido incorporada ao patrimônio da PARANATUR, a estância hidromineral de Santa Clara, pela escritura pública lavrada no 12.º Tabelião da Capital, e havendo naquele local, uma fonte de água mineral, classe “a”.

E de se esclarecer, nesta oportunidade, que de acordo com o Decreto-Lei n.º 277 de 28 de fevereiro de 1967 (novo Código de Mineração), o direito de prioridade para a pesquisa e posterior lavra de qualquer substância mineral, é a precedência de entrada do requerimento no Departamento Nacional de Produção Mineral, designando-se por prioritário o respectivo requerente, pois bem; até o mês de dezembro próximo passado, por falta de esclarecimentos necessários, esta Empresa, nem mesmo o próprio Governo do Estado, haviam to-

mado quaisquer providências no sentido de se requerer as jazidas de Santa Clara, estando assim, sujeitos a perder a concessão para qualquer outra pessoa que viesse a requerê-la.

As providências cabíveis já foram tomadas por esta Superintendência, junto ao D.N.P.M., do Ministério das Minas e Energia, onde já se deu entrada a petição para pesquisa da referida jazida, e, com a colaboração do BADEP, está se efetuando o levantamento geológico da área de Santa Clara, para complementação da documentação exigida pelo Código de Mineração, através de Geólogo e Engenheiro de Minas.

Assim sendo, é a presente proposição da Superintendência, para que o E. Conselho, envie expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando o envio de Mensagem Governamental à Assembléia Legislativa do Estado, incluindo o § 3.º ao art. 9.º da Lei n.º 5.948 de 27 de maio de 1969, com o que ficará totalmente normalizada a situação da PARANATUR, com respeito a Estância Hidromineral de Santa Clara.

Curitiba, 12 de fevereiro de 1973.

GILBERTO DE ABREU PIRES
Superintendente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 139-73

AUTOR: Mensagem Governamental n.º 55-73

SÚMULA: Acrescenta à Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, que dispõe sobre a criação da Empresa Paranaense de Turismo, dispositivo expresso segundo o qual a referida Empresa tenha também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios.

PARECER

O Projeto de Lei enfocado, oriundo da Mensagem Governamental n.º 55-73, objetiva acrescentar à Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, que dispõe sobre a criação da Empresa Paranaense de Turismo, dispositivo expresso segundo o qual a referida Empresa tenha também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios.

A principal justificativa ao Plano de Lei ora em exame por esta Comissão, decorre do fato da PARANATUR possuir em seu patrimônio a estância hidromineral de Santa Clara, onde existe fonte de água mineral, que, para ser explorada por aquela Empresa, depende, conforme exigência do órgão competente do Ministério de Minas e Energia do dispositivo expresso dando à mencionada Empresa a finalidade de pesquisar e lavrar minérios.

Quanto à forma e sob o aspecto constitucional e legal a propositura está conforme.

Quanto a oportunidade nada há a contestar.

Face o exposto, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22-8-73

(Ass. ilegível) — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE TURISMO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 139-73

A proposição, oriunda de Mensagem Governamental, visa acrescentar ao Art. 9.º da Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, o seguinte parágrafo: A Empresa Paranaense de Turismo terá também a finalidade de pesquisar e lavrar minérios em todo o território nacional, como empresa de mineração.

A iniciativa nos parece muito oportuna, razão porque nos manifestamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Paulo Poli — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando a retirada definitiva da Ordem do Dia, em primeira discussão, do Projeto de Lei n.º 451-68, e o seu arquivamento. — Está prejudicado o Requerimento, em virtude da rejeição do Projeto.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando a dispensa de publicação da Redação Final, dos Projetos de Lei n.ºs. 133-73 e 135-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que seja estudada uma fórmula capaz de anistiar as multas, no valor de Cr\$ 300,00, referente ao atraso do Imposto de Circulação

de Mercadorias da indústria e comércio paranaenses. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Bernardino de Souza Schleder. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que seja providenciado o pagamento dos professores suplementaristas do Distrito de Jesuita, Município de Formosa do Oeste. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, consubstanciado em sugestão, visando o estudo de possibilidade de se constituir "equipes treinadas" para combater a ferrugem nas lavouras paranaenses. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Doutor Corregedor Geral da Justiça, encarecendo-lhe o obséquio de determinar lavratura de Provimento, para que os Cartórios de Registro Civil da Capital e do interior do Estado, expeçam certidões em formulários que permitam extração de cópia xerográfica. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que promova estudos e diligências, visando o imediato asfaltamento da pista do Aeroporto de Santana, na cidade de Ponta Grossa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine providências com o objetivo de ser realizado um total reaparelhamento, principalmente, no tocante a viaturas da Delegacia de Polícia de União da Vitória. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Para explicação pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estava eu inscrito para no término desta Sessão, em explicação pessoal, em nome do Governo do Estado, mais especificamente, em nome do Secretário dos Negócios da Saúde Pública do Estado do Paraná, prestar informações a respeito das providências adotadas pelo Governo, face às notícias do surto epidêmico de poliomielite que estaria grassando na Região Oeste-paranaense, mais especificamente, na cidade de Cascavel.

S. Exa. recebeu há poucos minutos, relatório das autoridades sanitárias que se deslocaram para aquela cidade. E as informações oficiais são as seguintes:

De que tudo está sob controle. Realmente verificaram-se no mês de julho, alguns óbitos, consequência da meningite, um deles, originário de Cascavel e outros de Medianeira e um outro de Capitão Leônidas Marques. No mês de agosto, dia 27, houve um óbito de uma criança em Cascavel. Há dois casos de hospitalização, um dos quais, o diagnóstico comprova a existência do vírus e a outra causa, sob suspeita.

Não fora a informação até certo ponto auspiciosa, por verificarmos que não houve maior número de pessoas portadoras do vírus, por outro lado o Governo do Estado determinou e deslocou para Cascavel, pessoal, instrumental e medicamento que puderam devolver a confiança da população que estava desesperada, face às notícias, até certo ponto alarmante. Assim, pudemos ver no caso, que a cidade de Cascavel, nos Municípios que compõem a micro-região do Oeste paranaense felizmente está hoje com a família daquela Região mais tranquila, face à comprovação de limitadíssimo número de casos diagnosticados. Era a informação que cabia fazer neste final de Sessão, para agradecer também o Sr. Deputado Iris Caldart, de Cascavel, que trouxe o apelo e desta Tribuna, expôs a situação aflitiva que aquela cidade está atravessando, face às informações que de lá chegaram no começo do dia de hoje.

Era o que me cabia informar neste instante, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que a 4.ª feira, dia 5, da próxima semana, será realizada à Hora Regimental, uma Sessão Especial comemorativa à Semana da Pátria e esta Presidência designa o Deputado Ivo Tomazoni para falar sobre a data, em nome da Assembléia Legislativa do Estado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs. 17-73, 18-73, 24-73, 31-73, 32-73, e dos Projetos de Lei n.ºs. 26-70, 195-71, 108-72 — 35-73 e 101-73.

Levanta-se a Sessão.